

Saúde do Trabalhador como Direito Humano: rumo à 5ª CNSTT

Maria Cristina Strausz¹, Maria Juliana Moura Corrêa¹, Ronaldo Teodoro², Heleno Rodrigues Corrêa Filho³, Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos^{1,5}, Luís Henrique da Costa Leão^{4,5}

DOI: 10.1590/2358-28982025E2AP-P

ESTE NÚMERO ESPECIAL DA REVISTA 'SAÚDE EM DEBATE' é resultado de uma construção coletiva entre a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), por meio de seu Grupo Temático de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (GTSTT), e o Ministério da Saúde, por intermédio da Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CGSAT), no compromisso de contribuir para a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (5ª CNSTT). Com o tema 'Saúde do Trabalhador como Direito Humano: rumo à 5ª CNSTT', esta edição objetiva oferecer aos participantes da conferência subsídios advindos da práxis em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (STT), especialmente sobre as mudanças no mundo do trabalho na última década, a partir da temática e das questões propostas para a 5ª CNSTT, além das reflexões emanadas do 2º Simpósio Brasileiro de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Simbrastt), realizado em novembro de 2022, em Salvador.

A Abrasco desempenha um papel crucial na promoção da saúde e na pesquisa científica no Brasil, sendo que seu GTSTT agrega 22 professores pesquisadores de 10 instituições (Fundação Oswaldo Cruz, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Santa Catarina, Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes), além de gestores da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Renastt) e representantes do movimento sindical. Como instituição que mobiliza a ciência para melhorar a vida e as condições de trabalho, seu desafio é manter o diálogo permanente com os diversos movimentos de trabalhadores formais e informais, bem como as populações urbanas e rurais, que foram vulnerabilizadas e com as instâncias de intervenção do Estado para a promoção de políticas públicas.

Da mesma forma, é missão da CGSAT, além de coordenar, em âmbito nacional, a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), por meio da Renastt, apoiar o desenvolvimento de ações para prevenção, promoção, vigilância, participação social e atenção integral à STT, bem como a realização e publicização de estudos e pesquisas em STT. Por isso, a articulação entre o GTSTT, a Abrasco, a CGSAT e a revista 'Saúde em Debate' marca uma aliança estratégica em defesa da STT em um momento de fragmentação social e institucional que fragiliza o campo da STT.

¹Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
cristrausz@yahoo.com.br

²Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

³Universidade do Distrito Federal (UnDF), Escola Superior de Ciências da Saúde (Escs) – Brasília (DF), Brasil.

⁴Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói (RJ), Brasil.

⁵Ministério da Saúde (MS) – Brasília (DF), Brasil.



As novas formas de trabalhar induzidas pela plataforma digital trouxeram outras formas de adoecimento, muitas delas decorrentes da intensificação da precarização do trabalho, agravadas pela perda de direitos previdenciários e trabalhistas da última década, ao mesmo tempo que novos desafios são impostos aos trabalhadores e às trabalhadoras em decorrência das mudanças climáticas e da financeirização do mundo capitalista^{1,2}. Esse cenário traz diversos desafios a serem enfrentados pelo campo social, institucional e acadêmico da STT, e a 5ª CNSTT pode representar uma importante resposta social a essas problemáticas. Realizada 11 anos após sua última edição, a 5ª CNSTT marca um momento estratégico para a retomada do debate público sobre os direitos humanos relacionados com o mundo do trabalho. A Conferência, convocada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e promovida pelo Ministério da Saúde, é um processo social muito potente, de modo que as diversas etapas preparatórias mobilizaram vários atores sociais em todo o País. Foram realizadas 1.170 conferências municipais, 91 regionais, 27 estaduais. Além dessas etapas, houve 116 Conferências Livres de STT, que permitiram a mobilização de outros atores sociais, além daqueles participantes do Controle Social representados nos conselhos de saúde e suas Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Cistt), que definiram a eleição de 180 delegados de diversos movimentos sociais, com interesse na STT.

A temática desta publicação está vinculada exatamente aos três eixos da 5ª CNSTT, a saber:

- Eixo I: A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.
- Eixo II: As Novas Relações de Trabalho e a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.
- Eixo III: Participação Popular na Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras para Efetivação do Controle Social.

Nesta edição, reunimos 25 trabalhos publicados, entre eles, 6 artigos originais, 14 ensaios,

2 artigos de opinião, 2 relatos de experiências e 1 resenha, que apresentam reflexões e experiências exitosas no campo de STT.

Objeto da temática da 5ª CNSTT, o ensaio ‘Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano: tempo de mudança!’ propõe uma reflexão crítica sobre a STT como direito humano, destacando a 5ª CNSTT como marco de mudança.

O artigo de opinião ‘O Sistema Único de Saúde e a Saúde do Trabalhador no Brasil’ revisita alguns aspectos das políticas de saúde no Brasil, discutindo a situação atual e a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) para o desenvolvimento da área de Saúde do Trabalhador.

Outro artigo de opinião sobre ‘Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano: fundamentos da Reforma Sanitária Brasileira’ reafirma a STT como direito humano e seu respaldo na Constituição Federal de 1988, que constitucionalizou o termo ‘saúde do trabalhador’, valorizando o trabalho na determinação do processo saúde-doença.

Em diálogo com o tema central, algumas temáticas apareceram como preocupações emergentes, como a relação saúde mental e trabalho, trabalho informal e precário, trabalho no mercado do sexo, jornada de trabalho, novas configurações do trabalho. Observa-se que os marcadores de vulnerabilidades, como classe, gênero, raça e incapacidade, apresentaram-se de forma transversalizada ou como temática em diversas publicações. Isso também reforça a transversalidade das questões de STT no campo da Saúde Coletiva. São exemplos os seguintes artigos: ‘Impacto das novas relações de trabalho na saúde mental na Paraíba: análise das notificações’, ‘Sofrimento psíquico, intensificação do trabalho e desgaste mental: o trabalho em *Call Centers*’, ‘Vida Além do Trabalho? Notas sobre jornadas extensas, emancipação política e a saúde dos trabalhadores’, ‘Ressignificando o trabalho em Povos e Comunidades Tradicionais: inspirações ecofeministas’, ‘Políticas de saúde para trabalhadores e trabalhadoras do sexo: saúde, segurança

e mercados do sexo’, ‘Relações de trabalho e a construção de políticas públicas para acesso e permanência de pessoas trans no mercado de trabalho’, ‘Saúde, gênero e invisibilidade no trabalho doméstico não remunerado’, ‘O trabalho de cuidados na agenda da saúde: invisibilidade, sobrecarga e desgaste de mulheres trabalhadoras’, ‘A luta dos trabalhadores com deficiência ante a crise do capital’, ‘Migração e precarização do trabalho: compreendendo a interseção entre categorias sociais’ e ‘Gênero como determinante social da saúde de trabalhadoras plataformizadas de moto entregas’.

Dois artigos exploram os impactos da pandemia de covid-19: ‘Emergência em Saúde Pública: vulnerabilidade social sob a perspectiva de trabalhadores afetados pela covid-19’ e ‘Violência laboral em meio à pandemia da covid-19 na atenção primária no Ceará’.

A efetivação da PNSTT e a gestão da Renastt foram temas nos artigos: ‘Potencialidades e desafios para a efetivação da PNSTT na Atenção Primária à Saúde’, ‘Avaliação da implementação do ‘Qualifica Cerest’: contribuições para a Saúde do Trabalhador em Porto Alegre-RS (2020-2023)’ e ‘Cerest como centro articulador de ações intersetoriais: uma experiência com trabalhadores de entrega por aplicativos’.

A participação popular e/ou o controle social em STT foram temas dos seguintes artigos: ‘Contradições para representação e atuação de Saúde do Trabalhador em Conselhos de Saúde’ e ‘O Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador na 5ª Conferência: limites e potencialidades’.

Outras temáticas, como direitos previdenciários e indenizatórios e exposição a produtos químicos e minerais, por exemplo,

agrotóxicos e asbesto, persistem, reafirmando a necessidade de discussão sobre a saúde do trabalhador como direito humano. Tais temáticas são abordadas nos artigos: ‘O direito do trabalhador e da trabalhadora no contexto do uso ‘INseguro e DEScontrolado’ do amianto no Brasil’ e ‘Vigilância da saúde integrada, participativa e territorializada em contextos de exposição aos agrotóxicos no Brasil’.

A resenha ‘A fadiga no trabalho: uma análise histórica das relações de trabalho’ traz um histórico do esgotamento profissional (*burnout*), tema cada vez mais frequente e atual, não só nas pesquisas e nos serviços de saúde do trabalhador como também nos meios de comunicação em geral.

Sobre a diversidade regional das publicações, foram abrangidos os estados do Rio de Janeiro, da Bahia, do Ceará, do Espírito Santo, da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Assim, esperamos propiciar subsídios e um proveitoso debate sobre experiências, questões teórico-metodológicas e políticas públicas direcionadas à promoção da STT.

Desejamos uma boa leitura!

Colaboradores

Strausz MC (0000-0002-7835-9238)*, Corrêa MJM (0000-0002-9406-3955)*, Teodoro R (0000-0002-0125-7700)*, Corrêa Filho HR (0000-0001-8056-8824)*, Vasconcellos LCF (0000-0002-7679-9870)* e Leão LHC (0000-0003-0166-5066)* contribuíram igualmente para a elaboração do manuscrito. ■

Referências

1. Antunes R, Praun L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serv Soc Soc.* 2015;(123):407-27. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.030>
2. Krein JD. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Soc.* 2018;30(1):77-104. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>